

**AS CONTRIBUIÇÕES DE CLARA ZETKIN PARA AS LUTAS FEMINISTA,
ANTICAPITALISTA E ANTIFASCISTA.**

**CLARA ZETKIN'S CONTRIBUTIONS TO FEMINIST, ANTI-CAPITALIST AND ANTI-
FASCIST STRUGGLES.**

**LAS CONTRIBUCIONES DE CLARA ZETKIN A LAS LUCHAS FEMINISTAS,
ANTICAPITALISTAS Y ANTIFASCISTAS.**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.37744>

Qelli Viviane Dias Rocha¹

Ana Paula Silveira²

Resumo: As relações sociais de produção e reprodução tem desde a origem da família, da propriedade privada e do Estado, ou seja, da modernidade estabelecido campos de atuação distintos, mediados pelo Patriarcado se expressado, em espaços desiguais. Apesar das conquistas no campo jurídico e político as mulheres ainda são oprimidas e subordinadas à exploração capitalista. Desde a revolução Russa em 1917, até hoje, as questões estruturais tais como creches, lavanderias, restaurantes públicos; etc, equipamentos sociais que facilitariam a participação política e econômica das mulheres, ainda hoje são bastante limitadas, quando não, destruídas por governos autoritários, ditatoriais e fascistas. O artigo ora apresentado, evidencia as contribuições da vanguardista comunista Clara Zetkin na luta pela emancipação e autonomia das mulheres.

Palavras chaves: Clara Zetkin – igualdade- mulheres.

Abstract: The social relations of production and reproduction have since the origin of the family, private property and the State, that is, modernity established distinct fields of action, mediated by the Patriarchate if expressed, in unequal spaces. Despite achievements in the legal and political field, women are still oppressed and subordinated to capitalist exploitation. Since the Russian revolution in 1917, until today, structural issues such as day care centers, laundries, public restaurants; etc., social facilities that would facilitate women's political and economic participation are still very limited, if not, destroyed by authoritarian, dictatorial and fascist governments. The article now presented, highlights the contributions of the communist avant-garde Clara Zetkin in the struggle for the emancipation and autonomy of women.

Keywords: Clara Zetkin - equality- women.

Resumen: Las relaciones sociales de producción y reproducción tienen desde el origen de la familia, la propiedad privada y el Estado, es decir, la modernidad estableció distintos campos de acción, mediados por el Patriarcado si se expresa, en espacios desiguales. A pesar de los logros en el campo legal y político, las mujeres siguen oprimidas y subordinadas a la explotación capitalista. Desde la revolución rusa en 1917, hasta hoy, problemas estructurales como guarderías, lavanderías, restaurantes públicos; etc., las instalaciones sociales que facilitarían la participación política y económica de las mujeres siguen siendo muy limitadas, si no, destruidas por gobiernos autoritarios, dictatoriales y fascistas. El artículo ahora presentado, destaca las contribuciones de la vanguardia comunista Clara Zetkin en la lucha por la emancipación y la autonomía de las mujeres.

Palabras clave: Clara Zetkin, igualdad, mujeres

Clara Zetkin

Nascida em 5 de julho de 1857 em Königshain-Wiederau, na Alemanha, Clara Zetkin foi estudante de direito e próxima ao movimento dos operários. Iniciou sua militância em 1874 e, em 1878, começou sua militância partidária se organizando no Partido dos Trabalhadores Socialistas (SAP) que foi, em 1870, “convertido” em Partido Social-Democrata Alemão (1890).

Perseguida pelo governo bismarkiano foi exilada na Suíça e na França, donde sofrera a influência do movimento de mulheres que lutavam pelo sufrágio³. “*A proletária*”, diz ela, “*tem tanta necessidade quanto as mulheres da pequena e média burguesia de ser igual ao homem no plano jurídico e político*” (Badia, p. 101).

Amiga de Rosa Luxemburgo foi uma das fundadoras da Internacional Socialista e, sob a “ótica” do marxismo, articulou a luta de classe à luta feminista, denunciando o perigo da ascensão do fascismo. Entre o final do século XIX e início do século XX, ambas participaram da edição do jornal bimestral “*Die Gleichheit*” (A Igualdade), cujo público “alvo” eram as operárias.

Clara Zetkin também contribuiu para a criação da Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Stuttgart, na Alemanha, colaborando com a fundação da Internacional Socialista das Mulheres.

Com perspectiva pacifista, rompeu com o SPD e, mesmo em período de guerra (1916), se tornou uma das fundadoras do Partido Social Democrata Independente Alemão (USPD). Como secretária internacional da internacional socialista das mulheres, se uniu, em 1919, ao Partido Comunista Alemão (KPD), ocupando diferentes postos dentro da esquerda alemã, tanto nos órgãos do partido, como no Comitê Internacional Socialista.

Em 1920, Zetkin conheceu Lenin, com que escrevera e publicara o artigo “Lenin: A questão feminina”, influenciando a forma como os partidos comunistas na Alemanha; na União Soviética e no mundo, deveriam compreender a articulação entre a luta pela emancipação da mulher *na e por dentro* da luta pela emancipação humana. Morreu em Moscou, em 20 de junho de 1933, aos 76 anos.

Antecedentes: A Questão Feminina.

Para Abreu (2008), desde o século XX a “questão da mulher”, dentro do “espectro” socialista, aparece de forma periférica nas obras de diversos autores e em programas de organizações políticas. Na particularidade do Brasil, influenciado pela I, II e III Internacional, a questão não foi indiferente:

[R]esulta a tarefa imediata dos Partidos Comunistas: estender a influência do partido e do comunismo às vastas camadas da população feminina de seu país, através de um órgão especial do Partido e de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas e da ação dos partidos coalizacionistas, para fazer delas verdadeiros combatentes pela libertação total da mulher⁴ (p. 200).

Ainda que, de modo geral, questões mais amplas já tenham sido abordadas por Kollontai⁵ (no processo de desnaturalização dos papéis de gênero; do amor romântico e da monogamia⁶), fora desprezada a necessidade de construção de órgãos especiais e métodos particulares nos Partidos Comunistas ao atendimento das camadas da população feminina. Questões “particulares” como sexualidade, aborto, trabalho, dominação patriarcal, dentre outras, foram subsumidas às concepções burguesas, instituindo-se

uma essência à libertação das mulheres que, ao fundo, obliteraram (e ainda obliteram) a luta por sua emancipação política, demonstrando que questões relativas à sexualidade (que têm ganhado apenas recentemente destaque no âmbito social, político, científico e acadêmico) são questões fundamentais pelo mundo, no processo de reorganização da classe trabalhadora.

Somente em 1920, com o enfrentamento direto e com a disputa política vanguardadas por Clara Zetkin e Lenin⁷ é que o movimento de mulheres, como movimento de massa, passara a ser apreendido como movimento revolucionário.

Ao compreender o movimento de mulheres como um movimento mundial e massivo, Clara Zetkin e Lenin passaram a dialogar sobre a necessidade de estabelecerem uma política organizativa interna para os partidos comunistas e, em diálogo com Zetkin, Lenin apontou para contradições internas que demonstravam a necessidade de implementação de métodos de agitação e de formas organizativas específicas para mulheres, sem deixar de ponderar que tais métodos poderiam ser recepcionados como “defesa burguesa sobre os direitos da mulher” se fossem apartados, de maneira oportunista e traidora, dos princípios comunistas, podendo ser cooptados pelas demandas dos movimentos liberais burgueses.

Foram Lenin e Zetkin, portanto, os responsáveis pela apresentação de um amplo programa sobre a temática na III Internacional, ambos, cientes de que a luta das mulheres precisava ser orientada por uma prática revolucionária pautada na racionalidade, tomando o princípio da igualdade de direitos da mulher como parte dos direitos universais. À Zetkin, Lenin destacou não se tratar este de um programa mínimo, nem de um programa de reformas no espírito, tal qual o apresentado pelos social-democratas da II Internacional, tampouco, de uma tentativa de apaziguamento por meio de reformas. As teses a serem apresentadas na III Internacional contemplavam o seguinte:

[...] a verdadeira libertação da mulher só é possível com o comunismo. É preciso analisar a fundo a questão da *ligação indissociável entre a situação da mulher, enquanto ser humano e enquanto membro da sociedade, e a propriedade privada dos meios de produção* (grifo nosso). Deste modo, demarcamo-nos com segurança do movimento burguês pela «emancipação da mulher». Isso também nos dá fundamento para *examinar a questão feminina como parte da questão social, operária, e desse modo, permite-nos ligá-la solidamente à luta de classe do proletariado e à revolução*. O movimento comunista feminino deve ser de massas, deve ser parte do movimento geral das massas, e *não só do movimento dos proletários, mas de todas os explorados e oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo*. É nisto que consiste a importância do movimento feminino para a luta de classe do proletariado e para a sua missão histórica criadora: a criação da sociedade comunista (ZETKIN, 2015, p. 10).

Dessa forma, a relação da causa das mulheres com a luta de classe era compreendida por Clara Zetkin e Lenin como uma luta no campo geral. Além de universalizar, internacionalizando a causa das mulheres, eles estabeleceram mediações com a totalidade, antecipando-se à possível “cooptação desta luta” pela burguesia e apontando, portanto, a necessidade de os partidos estarem preparados para a causa. Para Zetkin:

O partido deve ter órgãos, grupos de trabalho, comissões, comités, secções, ou como lhe queiram chamar, cuja tarefa específica consistirá em despertar as amplas massas de mulheres, ligá-las ao partido e mantê-las sob a sua influência (ZETKIN, 2015, p. 11).

Fora este o pensamento, por exemplo, que influenciara Heleith Saffioti⁸ (1989) a tecer, no século XX, mediações sobre o fato de que, embora dividida em classes, a sociedade é “atravessada” por outras

contradições, tais como o patriarcado e o racismo, embora isto não represente que devamos conceber três diferentes ordenamentos, paralelos entre si nas relações sociais, pois o patriarcado, o sexismo e o racismo são contradições entrelaçadas num nó à manutenção do sistema capitalista.

Assim, destaco o vanguardismo das mobilizações das mulheres operárias no processo revolucionário de 1917 como um fator de risco à expansão capitalista. A conquista das mulheres soviéticas sobre o direito ao aborto, ao divórcio, à eliminação do poderio matrimonial, à igualdade entre o matrimônio legal e o concubinato etc⁹., além de fomentar a participação efetiva da mulher na ocupação em cargo no governo socialista (antes mesmo de tais medidas serem implementadas por países capitalistas), evidenciou a importância da luta das mulheres por “dentro da luta classista”.

Segundo Zetkin, o “direito de voto sem liberdade econômica é, nem mais nem menos, que um cheque sem fundos. Se a emancipação social dependesse dos direitos políticos, esta não existiria nos países nos quais fora instituído o sufrágio universal” (Badia, p. 99, 2003). Para Clara Zetkin, esta luta não havia de colocar os homens da classe trabalhadora como opositores das mulheres trabalhadoras, mas se constituía, portanto, uma tática diferente da “luta das mulheres burguesas, que lutavam contra os homens de sua classe”.

Destarte, foi a experiência de organização das mulheres soviéticas o que contribuiu para a organização das mulheres no processo de sindicalização de luta classista. Na II Internacional, Zetkin já havia apresentado a sublevação dos/as trabalhadores/as num dia em específico para demarcar a situação das mulheres trabalhadoras. A luta por “pães e rosas”, no 8 de março de 1917 (ou 23 de fevereiro no calendário russo), demarcou a contundência das mulheres contrárias à guerra e aos czares.

Sendo assim, o projeto comunista, ao inscrever a luta das mulheres como movimento de massas internacional, atrelou a luta contra a opressão à superação do capitalismo.

Considerando as necessidades das mulheres para além dos aspectos biológicos, o projeto comunista, do qual Clara Zetkin fora protagonista, articulava a opressão de gênero à função do casamento monogâmico e da autoridade masculina na constituição da sociedade moderna. A superação da opressão sofrida pelas mulheres, de acordo com Zetkin, portanto, sempre esteve atrelada, consubstancialmente, à superação do modelo de exploração capitalista.

Feminismo anticapitalista: As bases comunistas que sustentam os fundamentos da luta pela emancipação da mulher.

Para as comunistas, a desnaturalização e dessacralização das instituições sociais muito fulcrais, como a família – idealmente projetada a partir do louvor da monogamia burguesa e tomada como modelo universal - na sociedade, fundam as bases para a naturalização da divisão sexual do trabalho.

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura te nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento

de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada [...] (ENGELS, 1979, pp. 54-55)

É evidente que se considerarmos que fora a dicotomização entre homens e mulheres o fundamento gerador mais tardios da divisão social e técnica do trabalho, o projeto comunista, em curso na revolução socialista de 1917, colocara em xeque a apropriação da propriedade enquanto meio de produção material da vida dos Homens e de sua reprodução. Isto, porque a (des)apropriação privada da mulher, por meio da destituição do casamento monogâmico, constituiu-se o risco ao “*ethos* burguês” florescente no início do século XX, sobretudo, nos países de capitalismo periférico, donde a sobrevivência burguesa tentava se manter através da expropriação da força de trabalho, da excedência da mão de obra e da falta de acesso ao Estado Social.

Dessa maneira, de nenhum modo, a monogamia deve ser apreendida como fruto do amor sexual individual, pois ela não se baseia em condições naturais, mas econômicas, isto é, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, manifesto no heterismo¹⁰ expresso por Morgan¹¹, uma perspectiva que subscreve as bases do surgimento do Estado em sua concepção moderna que, enquanto instituição, regula as novas formas de aquisição perpetuando a acumulação e a nascente divisão da sociedade de classes que garantiu o direito da classe possuidora em explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

É neste processo, portanto, que o direito materno, elemento que interferiu diretamente na constituição da organização social e política entre os germanos, fora substituído pelo direito paterno. Não obstante, a importância dada ao papel da mulher fora atrelada as tarefas do lar. Daí a sua autoridade perante as coisas da casa.

[...] a ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção” [...] seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais na sociedade capitalista. Sua força de trabalho se põe no mercado como mercadoria ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe de família[...]. (SAFIOTTI. 2013.p95/96)

Sabemos que o confinamento da mulher ao espaço privado da casa, enquanto pressuposto para a realização do trabalho não gerador da riqueza de forma direta (e imprescindível para a reprodução biológica e social), fora apreendido pelo Estado que soube estabelecer a mediação deste complexo social, calcando a subordinação da mulher na construção ideológica de sua inferioridade e representando, assim, o salto qualitativo no processo de organização da consciência inscrita pela binarização e dicotomização entre os gêneros/raças e sexualidades que, de uma só vez, alienara homens e mulheres, ao mesmo tempo em que difundira a dualidade da razão.

Desta maneira, a “degeneração” da revolução Russa, que prescindia relações mais igualitárias e horizontais entre homens e mulheres, também representou um risco ao modo de produção capitalista burguês, pois apontava para o fim do matrimônio obrigatoriamente monogâmico, abalando as estruturas “simbólicas e materiais” que transformavam as relações sociais e que forjaram a nascença do projeto burguês

de produção e sociabilidade. Como não se poderia apenas lançar mão sempre de mecanismos coercitivos para dirimir os conflitos agudos insurgentes daquele período, inscreveu-se este processo, que não se desenvolveu de forma linear, de uma hora para outra, ou consecutivamente. O estabelecimento “consensual” deu-se às custas da construção de uma subjetividade superficial, inautêntica, alienante, mercadológica e com alto grau de sofrimento pessoal¹².

Assim, a classe dominante, para legitimar as relações de poder e de exploração sobre a classe dominada, passou a criar formas e mecanismos para que cada indivíduo internalizasse sua condição e não percebesse a sua exploração. Para Branca Moreira Alves:

Na medida em que na sociedade capitalista a contradição principal é a de classe, e que a ideologia dominante legitima as contradições secundárias para acirrar uma exploração, cuja origem é a contradição de classe, é evidente que a condição de classe exerce uma influência marcante sobre as atitudes individuais. O fato de ser mulher não elimina por si barreiras de classe (ALVES, 1980, p. 39):

Entretanto, como é sabido, no modo de produção capitalista, o que nos faz ontologicamente humanos é o que menos comparece como componente constitutivo daquilo que somos, pensamos, fazemos e queremos. A fundação da propriedade privada trouxe consigo a pseudoliberalidade do/a trabalhador/a que, ao vender sua força de trabalho (desarticulando produção e reprodução), crê na ilusão de que cada identidade reside em si mesma (LESSA, 2012)

Ora, Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2009), afirmaram que as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias das classes dominantes, mas estas só são dominantes porque expressam no campo das ideias as relações que fazem de uma classe a classe dominante.

Neste sentido, os Homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres e de sua mesma classe na estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que, na estrutura de classes, ocupam uma posição oposta a sua. O sexo, enquanto determinação genérica, opera como uma mediação no processo de formação da consciência histórica dos homens e das mulheres na medida em que sofrem, ambos, os efeitos da mística feminina.

As classes sociais, como totalidades parciais que são, apresentam, pelo menos do posto de vista reprodutivo, a autonomia necessária à sua perpetuação física. [...] Se por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitivas em, épocas normais, por outro, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade. [...] A dominação é um fenômeno que apresenta maior amplitude que o fenômeno da propriedade”. (SAFFIOTTI, 2013, p. 121)

Como demonstrado por Saffioti (2013), marxista que se debruçou sobre a formação social e histórica brasileira e a condição da mulher, o homem trabalhador, por se iludir pela identificação da masculinidade com a capacidade de mando, corrobora com a competição desigual de que são e estão assujeitados, dadas as condições binaristas e dicotomizadas das categorias de sexo e suas representações de gênero, com desvantagens para a mulher, o que contribui enormemente, assim, para a preservação de um *status quo* reificante.

O pensamento revolucionário de Clara Zektin e a atualização do fascismo.

A reificação da desigualdade de gênero, ainda hoje tão presente no século XXI, se contrasta com a ebulição e “radicalidade¹³” impulsionadas pelo movimento de mulheres do século XIX, do qual fazia parte Clara Zetkin, precursora dos direitos das mulheres, da participação política e do enfrentamento dos aparelhos coercitivos do Estado (polícia).

A biografia de Zetkin, escrita por *Gilbert Badia*—(francês) e traduzida por *Ana Corbisier e Mário Corbisier* (publicada em 2003, pela editora *Expressão Popular*), não deixa dúvidas sobre as “controvérsias” nela inscritas, pois que tece críticas às “contradições humanas” de Zetkin ao escamotear os limites de analista política e crítica literária, dicotomizando suas ações práticas revolucionárias permeadas por um momento histórico situado no contexto da I Guerra mundial, bem como pela unificação do Estado alemão¹⁴ e pela revolução Russa de 1917.

Como já mencionado, envolvida pelos nascentes movimentos operários e feministas, e alinhada à Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, situava-se à esquerda do socialismo alemão. Após a instituição da república de Weimar em 1918, e em acordo com os militares, os “socialistas” optaram pela República Burguesa em detrimento da República dos Sovietes. A aliança entre os militares e os socialdemocratas reprimiu e neutralizou as revoltas camponesas e operárias. Afim de manter a ordem, o Estado planejou e assassinou as lideranças do movimento espartaquista¹⁵ – Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Na derrota da Alemanha na I guerra, o “Tratado de Versalhes – 1919”, estabelecido como condição de paz, significou uma grande perda de recursos econômicos ao país. Os militares monarquistas, mantidos e armados pela República de Weimar, interromperam o ascenso do movimento social e político alemão que aprofundaram as desigualdades sociais e a pressão da burguesia interna, enfraquecendo a luta revolucionária. “Do dia pra noite”, o país viu aumentar significativamente o número de miseráveis, ao mesmo tempo em que surgiam afortunados com grandes fortunas, (Badia, 2003).

O desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo internacional, que fizeram aumentar as mazelas sociais e o sentimento de “frustração” dos operários, foram capitaneados pelo Partido Nacional-Socialista de Hitler que, manipulando as emoções e sentimentos socialistas e nacionalistas, mobilizou os desesperançosos e descrentes com a República de Weimar, para o Nazismo.

Na biografia de Clara Zetkin, algumas questões são reiteradas acerca de quais fundamentos e particularidades impulsionaram a derrota socialista e a ascensão nazista. Deparamo-nos com a sugestão de que a virada à “direita” dos mencheviques se deu em razão da falta de uma liderança estratégica e tática, na medida em que não contou com a presença de Lenin e, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, tinham sido assassinados.

Levianamente, ao meu entender, o biógrafo de Clara Zetkin chega também a menosprezá-la ao compará-la à Lenin. Badia (2003) a descreve como uma pessoa apaixonada pelo movimento operário e, portanto, incapaz de enxergar criticamente as contradições da revolução Russa. Chega a descrevê-la como passional quando de sua visita ao país, num episódio em que Zetkin beija literalmente o solo Russo. Por este ato, por exemplo, é descrita como “espontânea em demasia” e “desrespeitosa” aos costumes e usos da época. Mas, cabe lembrar, Clara Zetkin já era, naquele momento, a manifestação real, concreta e verdadeira da práxis revolucionária, considerando que, para ela, teoria e ação não se dicotomizavam. Ironicamente, o

próprio biógrafo, em “*Clara Zetkin: Vida e Obra*” – (2003), *sumaria sua intensa contribuição enquanto militante, articulista, teórica e representante política.*

Ainda assim, no ocidente capitalista pouco é reconhecida. Na Alemanha, pouco ascendem seu pensamento e contribuição teórica. No caso de Badia (2003), parece também não haver consideração sobre as “previsões” da própria Zetkin sobre fato de o fascismo ter sido uma manifestação ideológica e política no Nazismo, desfavorecendo as condições objetivas e materiais que contribuíram para a derrota do projeto revolucionário socialista.

É certo que a revolução socialista não fora realizada em 1917, na Rússia, por um único homem. Dessa forma, assim como não devemos compreender Lenin como um herói, também não devemos considerar Clara Zetkin como única responsável pelo golpe nazista. É sabido que ambos são sujeitos que historicamente contribuíram significativamente para a superação do modo de produção capitalista. Ocorre é que, ao contrário do primeiro, raramente tem-se a informação de que Clara Zetkin fora capaz de antever o movimento de cooptação do capitalismo em relação as pautas dos movimentos de mulheres, tendo enfrentado e polemizado enfaticamente o “feminismo burguês”, articulando sistema capitalista ao patriarcado, assim como apontado para o fato de que a superação de ambos somente seria possível se se dessem de forma simultânea.

Para Zetkin, a consciência e a organização do operariado sempre foram determinadas pelas condições históricas, objetivas e materiais. Em última instância, para ela, pode pouco a Cultura influenciar se apartada dos meios de produção e reprodução sociais.

Insistindo no fato de que a mulher é um ser humano, como o homem, ela faz da especificidade feminina uma variante desse ser genérico e não uma totalidade exclusiva. Daí sua recusa de exaltar, por exemplo, a maternidade, a característica essencial da mulher, o que fazia, em sua época, a maioria dos movimentos feministas, expressando assim a concepção dominante na sociedade “burguesa” e provavelmente também nos meios da socialdemocracia alemã. (BADIA. P 70/71, 2003)

Ao contrário de Badia (2003, p. 70), corroboro com a ideia de Zetkin de que a questão da mulher não seja em si, uma *totalidade exclusiva*. Se assim o fosse, as condições mais básicas e necessárias para emancipação da mulher, tal como creches, lavanderias, restaurantes públicos, dentre outros equipamentos sociais, já teriam sido universalmente implementados. Também, haveríamos de ter superado a divisão sexual, social e doméstico do trabalho.

Entretanto, o que ainda hoje “assistimos” é a relação familiar como mediadora das relações de reprodução capitalista, em que à mulher são imputados os trabalhos domésticos e/ou trabalhos de baixo prestígio e remuneração. Ancorada numa moral que a faz vítima e, ao mesmo tempo, reprodutora do patriarcado/machismo, ainda hoje as mulheres não foram libertadas das questões sexuais e do casamento.

Exemplo importante em relação a isto diz respeito à persistência histórica da não legalização e descriminalização do aborto que expõem as mulheres a conflitos e sofrimentos em todas as classes sociais. Em busca de uma individualidade com a ascensão da sociedade moderna, Zetkin já compreendia a questão da igualdade, assim como a importância da satisfação sexual e da segurança econômica.

Se em 1923 Clara Zetkin acatava a tarefa de elaborar relatórios sobre o tema, em 1932, apontava para o perigo de sua manifestação mundialmente. Advertia sobre o pouco conhecimento sobre este sistema e suas manifestações organizativas, e sobre as táticas e estratégias implicadas ao “combate à Versalhes” em detrimento do capitalismo, corroborando para a “confusão” organizativa e tática dos/as próprios/as operários/as.

Sobre o fascismo, por exemplo, Zetkin (Badia, 2003.p, 298) já pontuava:

Primeira constatação: não existe estudo convincente sobre o fascismo. Não temos sobre ele, diz ela, senão “uma imagem extremamente confusa”. O único elemento desse movimento que até agora foi considerado é o terror brutal que busca impor. Segunda constatação: “O fascismo não se apóia em uma pequena casta, mas em amplas camadas sociais que abrangem até mesmo uma parte do proletariado”. Assim, enfrentá-lo na rua, como preconizava Heinz Neumann, não basta. “É preciso vencê-lo também política e ideologicamente”.

A dimensão ideológica do fascismo era menosprezada pelos socialistas e comunistas. Para Zetkin, a “decomposição”, noutras palavras, a crise orgânica do capital, era fundamental e instrumental à “recomposição” do Estado Burguês.

De acordo com Zetkin (2003), o surgimento do fascismo está intrinsecamente atrelado a crise do capitalismo e de suas instituições, donde as camadas médias e intermediárias são espremidas e rebaixadas ao proletariado; as organizações dos operários são em si incapazes de responderem a crise social, gerada pela crise econômica, de modo a contribuir indiretamente para a sua própria desmoralização como força política; as camadas médias e intermediárias são facilmente cooptadas pelo discurso pequeno burguês que se farta da pseudo crítica ao capitalismo e apela ao nacionalismo; o apelo ao “nacionalismo” encobre e incita o militarismo, que não se exime em fazer uso abusivo e brutal da violência; criam-se “bodes expiatórios”, donde decorrem as perseguições étnicas, raciais, de gênero; o conflito de classe é levado a máxima da burocratização da vida da classe operária e todo/a aquele/a que se opõem a este tipo de regime é compreendido como inimigo mortal.

Se tais características designam de alguma forma o sentido do fascismo, isto nos auxilia, por exemplo, na compreensão do atual momento histórico no Ocidente que desde 2008, com a crise orgânica do capitalismo¹⁶, além de contribuir para a proletarização de amplas massas pequeno e médio burguesas, também contribuiu (direta e/ou indiretamente) para a desmoralização das entidades de representação dos/as trabalhadores/as, para ampliação da desigualdade social e concentração de renda, bem como, para o apelo a fragmentação da própria classe trabalhadora, por meio da implementação de políticas de representação, focalizadas e residuais.

Com o discurso de um projeto econômico “neodesenvolvimentista¹⁷” fez-se uso de um discurso demagógico anticapitalista, incentivando o sentimento pseudo-nacionalista. A experiencia nos evidenciou que a perspectiva democrático-popular assumida por governos de conciliação de classes, pouco fez avançar as pautas dos movimentos de mulheres, negros/as e LGBTs, por exemplo, já que os programas e projetos para estas populações não se materializaram em políticas públicas, tampouco em propostas efetivas que significassem qualitativamente a sua inscrição como sujeitos de direito, ou cidadão/ãs.

Ora, o aumento significativo da violência estrutural sob estas populações, evidencia como o machismo, o sexismo e o racismo não só consubstancializam a condição de pobreza, expropriação e exploração destes sujeitos/as como, sobretudo, se servem destas condições para acentuar ainda mais sua condição de subordinação, dominação e opressão. Entretanto, as “transmutações” das necessidades concretas, materiais e subjetivas das mulheres, LGBTs e Negros/as em necessidades discursivas demonstraram a sobreposição do jurídico sobre o político, escamoteando estas lutas do campo geral para o campo identitário.

Para Stabile (1999), o argumento destes movimentos sociais na atualidade, inscritos pela perspectiva pós-moderna, apela aos valores para reinstalar vantagens e privilégios, como, por exemplo, o discurso do trabalho como um “opção” de acesso a este como direito que, para nós, apenas “beneficia o capitalismo, e não a pessoa individual”, pois que “[...] As mulheres pobres e negras, há muito tempo trabalham fora de casa, embora poucas delas, chamem seu trabalho alienado e exasperado de ‘Escolha’” (STABILE, 1999, p. 158).

O que se constata, assim, é o descompromisso do Estado com as questões estruturais que refletem na condição da vida das mulheres, negros e homossexuais, se materializando na inexistência do sistema de serviços sociais: creches, jardins de infância, lavanderias e refeitórios coletivos, hospitais, cinemas, teatros etc., evidenciando os limites econômicos que também limitaram o progresso da emancipação da mulher, negro, homossexuais. Mantém, sobretudo, um modelo de organização social patriarcal, racista e sexista, que subtrai a possibilidade de construção da diversidade humana, de identidades unitárias e subjetividades.

Enfrentar estes limites impõe à esquerda marxista, sobretudo à leninista, lutar contra as opressões. Neste sentido, devemos apontar tática, programática e estrategicamente a composição orgânica e consubstancial entre exploração e opressão, pois são estes elementos da mesma totalidade.

Malgrado, o que sabemos é que desde as proposições iniciais de Clara Zetkin para a emancipação da mulher, pouco se avançou em termos estruturais. Ao relacionar cultura e economia, Zetkin apontava para o peso das “tradições” que sempre se reatualizam para fazer com que haja sempre um modo de opressão que corresponda ao modo de exploração vigente.

Não basta, portanto, afirmarmos a “luta por dentro da luta”, ou seja, que na luta ampla contra o capital está submetida a luta contra a opressão e vice-versa. É preciso avançar, ainda que parcialmente, dentro da ordem capitalista. Não se trata de querer reformar ou se ajustar a este, mas de tensionar, a fim de que haja rupturas com as instâncias que perpetuam, naturalizam e engessam as desigualdades sociais e econômicas, bases estruturantes dos pilares da dominação patriarcal, racista e sexista.

Referências

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **O PCB e a questão feminina (1970-1979)**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feministas e comunistas: considerações sobre a história da militância comunofeminista entre 1949 e 1975.** VII Encontro Estadual de História. BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477858067_ARQUIVO_AnpuhBA2016IRACELIALVES.FEMINISTASECOMUNISTAS.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

ALVES, Iracélli da Cruz. **O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB.** XXIX Simpósio nacional de história. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501761317_ARQUIVO_ArtigoanpuhIracelli-2017.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, pp. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

BADIA, Gilbert. **Clara Zetkin: Vida e Obra.** Ed Expressão Popular. São Paulo, 2003.

BONENTE, Bianca; CORRÊA, Hugo. Desenvolvimento sem “ismos”: uma crítica ao novo desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015, pp. 110-129.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CRUZ, Paula L. **Alexandra Kollontai.** Feminismo e Socialismo uma abordagem crítica do direito. São Paulo: ED. Alfa-omega, 2012.

D’ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo.** São Paulo: Iskra, 2008

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe.** A Dialética da Democracia Blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X Ed., 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005. Acesso em: 30 out. 2018

<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455>. Acesso em: 29 nov. 2011.

IASI, Mauro. **Alienação e Ideologia: a carne real das abstrações ideais.** In: **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

KOLLONTAI, A. M. **A III Internacional e a trabalhadora.** Schneider. G. (Org.) A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea.** Schneider. G. (Org.) A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **I Internacional de mulheres comunistas.** Schneider. G. (Org.) A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **V.I Lenin e o Congresso de trabalhadoras.** Schneider. G. (Org.) A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÉNINE. “I Congresso da Internacional Comunista”. In: **Obras escolhidas.** São Paulo, Alfa Ômega, 1980, v. 3.

LÉNINE. **O trabalho do partido entre as massas.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

- LESSA, Sérgio. **A emancipação humana e a defesa dos direitos**. 2008. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF. Acesso em: 21 jun. 2010.
- LESSA, Sérgio. **Abaixo o casamento monogâmico**. 2010. Disponível em:
- LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, v. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Mensagem do Comitê Central à lida dos comunistas”. In: **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa Ômega, v. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004 (Expressão Popular, São Paulo, 2015).
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Silvana M. M. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2005.
- STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do Abismo. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em Defesa da História, Marxismo e Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1999.
- WOOD, E. M. O que é a agenda pós-moderna. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em Defesa da História, Marxismo e pós-modernismo**. Zahar editor. Rio de Janeiro, 1999.
- ZETKIN, Clara. **Lênin e o Movimento Feminino**. Ed. Vitoria, 1956. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>. Acessado 20/02/2019

Notas:

- ¹ Assistente Social - Mestre em Serviço Social - Universidade Estadual Julho de Mesquita Filho (UNESP/Franca – SP), doutorado em andamento no Programa de Políticas Públicas do departamento de Serviço Social – Universidade de Brasília (UnB). Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos Sobre Organização da Mulher e relações de Gênero - <http://dep.cnpq.br/dep/espelhogrupo/530679>. Líder do grupo de estudos sobre identidade de gêneros e sexualidades. CV: <http://lattes.cnpq.br/3413355083506040> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8662-6714> Email: qelliviviane@yahoo.com.br
- ² Graduada em Letras pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Mestre em língua portuguesa e Literatura pela Universidade Federal de Uberlândia, Doutorado em andamento em Estudos Literários na Universidade Federal do Mato Grosso. Professora de português e Literatura no Instituto Federal de Mato Grosso. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0169-7554> E-mail: silveiralettras@yahoo.com.br
- ³ Embora Clara Zetkin, acreditasse e defendesse que o direito ao voto desatrelado dos direitos econômicos fosse como um “cheque sem fundos”. Mas, envolvida pelo movimento feminista mais radical, em 1902 em Zurique, defendeu o sufrágio feminino como tática ao fortalecimento e ampliação do conjunto de direitos dos trabalhadores. (Badia, 2003).
- ⁴ Documentos da III Internacional.
- ⁵ Aborto legalizado – casamento religioso abolido – divórcio livre – libertação do trabalho doméstico – implementação de lavanderias, escolas e restaurantes públicos estatais (CRUZ, 2012). Não é nosso objetivo aqui tratar de sua biografia, pois que neste número da revista *Germinal*, há artigos que se incumbiram desta tarefa, como o artigo de Maria Lygia Qartim de Moraes: “Raízes do feminismo político e embates atuais”.
- ⁶ É preciso salientar que “[...] a ideia de que a *missão da mulher é o casamento e a procriação* conduziu não propriamente a uma *qualificação* da força de trabalho feminina, mas a uma *especialização* que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção”, donde [...] seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais na sociedade capitalista. Sua força de trabalho se põe no mercado como mercadoria ser

trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a *determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe de família*[...]. (SAFFIOTI. 2013.p 95/96).

- ⁷ Lenin, nome “fictício” de Vladimir Ilyich Ulianov. Revolucionário comunista que liderou o processo revolucionário na Rússia em 1917.
- ⁸ Teórica Feminista, que desde a década de 1970 contribuiu para formulação, política, teórica e prática dos movimentos de mulheres no Brasil. Autora dos livros; “Gênero, patriarcado e violência (2004)”; “O Poder do Macho (1987)”; “Mito e realidade a mulher na sociedade de classe (2013)”, dentre outros, foi uma das primeiras sociólogas a atrelar o sistema patriarcal ao capitalismo e ao racismo, como processos universais constitutivos de particularidades que se enovelavam como um nó, donde seu desentrelaçamento só seria possível de forma simultânea, concomitante.
- ⁹ Neste sentido é preciso destacar que o capitalismo consegue em si, enquanto forma contratual por meio do contrato social, tornar estes avanços em liberdade formal. Essa *liberdade formal*, portanto, encontra sua contrapartida na divisão da sociedade em classes sociais e, conseqüentemente, *na dominação de uma por outra*. O *modo antitético* de produção capitalista *nega*, pois, a cada instante, *a liberdade jurídica* que ele próprio criou em benefício de si mesmo” (SAFIOTTI. 2013, p.107)
- ¹⁰ relações extraconjugais dos homens com mulheres não casadas, relações que florescem sob as mais variadas formas durante todo o período da civilização, transformando-se, aos poucos, em aberta prostituição. Além do heterismo e da prostituição, outro desdobramento da monogamia é o adultério, demonstração de que o progresso manifestado nessa sucessão de matrimônios, cuja expressão máxima é a monogamia, consiste no fato de que se foi tirando, cada vez mais, das mulheres, a liberdade sexual do matrimônio por grupos. Se a monogamia nasceu da concentração de riquezas nas mesmas mãos, as do homem, e do desejo de transmitir essas riquezas por herança, aos filhos desse homem, simbolizando, na relação conjugal, a propriedade privada, quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade e, conseqüentemente, o fim da propriedade privada coincidirá com a libertação sexual da mulher (MARCASSA, Luciana. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** – Friedrich Engels. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2178-8370-1-PB.pdf>. Acesso em: 02. nov. 2019).
- ¹¹ Em Friedrich Engels: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2009).
- ¹² Maria Rita Kehl, no livro *Deslocamentos do Feminino* (2018), aborda a constituição da feminilidade no século XIX, busca a origem dos discursos aceitos até agora como descritivos de uma “natureza feminina”, eterna e universal; para tanto, aborda aspectos do romance de Flaubert e apresenta Emma Bovary como um “paradigma da mulher freudiana, alienada nas malhas de um discurso em que seus anseios latentes não encontram lugar ou palavra”. A autora toma a literatura como documento sobre o imaginário de uma época, capaz de revelar os ideais de gênero nos quais Freud se baseou até a década de 1930 para conceber sua teoria sobre a feminilidade e que até hoje influencia os ideais de cura na clínica psicanalítica.
- ¹³ No sentido de tomar pela raiz
- ¹⁴ Chamado República de Weimar (Expressão Popular 2003).
- ¹⁵ Movimento que se colocava a esquerda do movimento socialista
- ¹⁶ CASTELO, Rodrigo: O debate sobre as crises capitalistas nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci. Disponível in: <http://niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC12F.pdf>. Acessado 20/04/2020. Mészáros, I. *A Crise estrutural do capital*. 2. Ed. Ver. Ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ¹⁷ Alguns economistas democrático-populares denomina o período do governo petista de 2003 à 2016, como neodesenvolvimentista, acunhando o termo do período da 1970 “milagre econômico”, para maior aprofundamento ver: BONETTE (2015) e CASTELO, Rodrigo: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/02.pdf>; <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a09n119.pdf>

Recebido em: 03.07.2020

Aprovado em: 27.07.2020